



# CAMMINO DIRITTO

Rivista di informazione giuridica  
<https://rivista.camminodiritto.it>



## **CETA AGREEMENT: O CANADÁ E A UNIÃO EUROPEIA AINDA NÃO CHEGAM AO ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO**

*O Acordo do Livre Comércio entre o Canadá e a União Europeia não tem ainda uma aprovação iminente.*

di **Giustina Feola**  
IUS/04 - DIRITTO COMMERCIALE  
Articolo divulgativo - ISSN 2421-7123

Direttore responsabile  
**Raffaele Giaquinto**

Publicato, Giovedì 22 Ottobre 2015

O primeiro ministro canadense Stephen Harper quer acelerar os tempos calculáveis para a conclusão do **Acordo de Livre Comércio entre a União Europeia e o Canadá** (EU - Canada Free Trade Agreement, CETA). Algumas indiscrições, na verdade, declaram que ele vai obter a aprovação do Acordo pela House of Commons (Câmara dos Comuns) antes do próximo Verão, mais ou menos ao fim de Junho.

O caminho para conseguir o Acordo foi, na verdade, longo e difícil. As negociações entre os dois Membros começaram em Praga em Maio de 2009. Sucessivamente, Harper e o director da Comissão Europeia José Manuel Barroso chegaram a um Agreement in Principle (acordo de princípio), no dia de 18 Outubro de 2013. A televisão Alemã Tagesschau publicou através de um leak a versão final do Acordo, em maneira parcial e não oficial. Enfim, a versão completa do Acordo, foi publicada no curso da Cimeira de 26 Setembro 2014 entre o Canadá e a União Europeia com a presença de Barroso, do director do Conselho Europeus Herman Van Rompuy e do ministro do Comércio Internacional do Canadá Ed Fast.

Todavia, é necessário que todos os parlamentos do Canadá e **aqueles nacionais da União Europeia aceitem o Acordo**. Essa situação é muito difícil que se realize dado que, o Acordo reduz as taxas dos produtos agrícolas e contem outras **projecções muito debatidas** que são motivos de reacções negativas por alguns estados.

Uma das questões mais debatidas é a **Resolução das Controvérsias entre os Investidores e o Estado** (Investor-State Dispute Settlement provisions-ISDS).

Na secção VI do Capítulo do Tratado relativo aos investimentos, os investidores privados de um dos Estados que fazem parte do Acordo, poderiam apelar a arbitragem contra o mesmo estado contraente e acusá-lo por uma violação dos direitos de igualdade do tratamento e da tutela dos investimentos dele, caso tivesse causado danos ou perdas.

A **Alemanha opôs-se a estas disposições**, provavelmente para evitar a concessão excessiva de ressarcimentos aos investidores privados, consequente à aplicação deles. Portanto, a Alemanha não aceitou o Transatlantic Trade and Investment Partnership Agreement (TTIP), quer dizer, a **colaboração Transatlântica para o Comércio e os Investimentos em fase de negociação entre a União Europeia e os Estados Unidos**.

Também, a opinião expressa pelo Comité Económico e Social Europeu no Maio passado, no dia 27, foi contrária a estas disposições. Segundo o conferencista do Comité Sandy Boyle, o Acordo não seria suficientemente "explícito" enquanto, não honraria o "direito de reclamação" das pessoas envolvidas e violaria o direito de igualdade dos investidores.

Então, a aprovação definitiva do Acordo do Livre Comércio **não parece próxima**, considerando os protestos e as petições dos cidadãos que mostram a própria oposição contra àqueles que alguns difamadores consideram restrições das liberdades individuais.

---